



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 76, DE 2010

(nº 108/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola.

Os méritos da Senhora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande traço de entrada e uma traço de saída que se curva para cima e para a direita.

EM No 00094 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 5 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN**

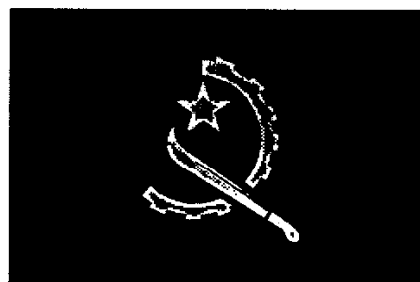
CPF.: 15673723768

ID.: 7532 MRE

07/11/1949 Filha de Fausto Augusto Borges Cabral e Lucy Gentil Cabral, nasce em 7 de novembro, em Fortaleza/CE
15/06/1973 Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
13/02/1978 CPCD - IRBr
19/11/1979 Terceira Secretária em 19 de novembro
20/11/1979 Divisão da Europa-II, assistente
11/02/1980 Secretaria de Imprensa do Gabinete, assistente
17/12/1981 Segunda Secretária em 17 de dezembro
03/05/1983 Embaixada em Washington, Segunda Secretária
20/05/1985 CAD, IRBr
25/06/1986 Mestrado em International Public Policy, na School of Advanced International Studies, John Hopkins University, Washington-DC/EUA
01/09/1986 Embaixada em Budapeste, Segunda e Primeira Secretária
16/06/1988 Primeira Secretária em 16 de junho
27/06/1989 Embaixada em Kingston, Primeira Secretária
19/05/1990 48ª Sessão do Comitê Executivo da Associação Internacional de Bauxita, Kingston, Chefe de delegação
24/10/1991 Divisão de Imigração, Chefe, substituta
24/09/1993 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe, substituta
01/01/1995 Assessoria de Comunicação Social, assistente
22/12/1995 Conselheira em 22 de dezembro
31/05/1996 Delegação Permanente em Genebra, Conselheira
20/09/1999 Embaixada em Assunção, Conselheira
20/05/2000 CAE, IRBr, A UNCTAD como foro das questões do comércio e do desenvolvimento no final do século XX - a participação brasileira
27/01/2003 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessora
25/06/2003 Ministra de Segunda Classe em 25 de junho
20/09/2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
17/12/2003 Embaixada em Montevideu, Ministra-Conselheira
08/08/2006 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretora
19/02/2009 Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores
25/06/2009 Ministra de Primeira Classe



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**ANGOLA****SUMÁRIO EXECUTIVO**

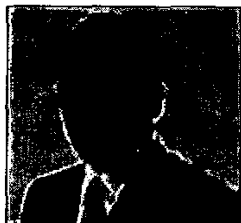
**SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA-II**

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Luanda
ÁREA:	1.246.700 km²
POPULAÇÃO (2009-FMI):	17,3 milhões
IDIOMAS:	Português (oficial), umbundo, quimbundo, quicongo
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Africanas (47%), católica (38%), protestante (15%).
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente José Eduardo dos Santos
MINISTRO DO EXTERIOR:	Assunção Afonso dos Anjos
PIB (2009-FMI):	US\$ 69,7 bilhões
PIB PER CAPITA (2009-FMI):	US\$ 4.026.00
PIB PPP (2009 - FMI):	US\$ 106,974 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2009-FMI):	US\$ 6,179
VARIAÇÃO DO PIB (2009)	0,5 % (est. Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	Kwanza (Kz)
TAXA DE INFLAÇÃO (2009):	14% (est. Banco Mundial)
DÍVIDA EXTERNA (2007):	US\$ 7,6 bilhões (est. The Economist)
EMBAIXADOR DE ANGOLA NO BRASIL	Leovigildo da Costa e Silva
EMBAIXADOR DO BRASIL EM ANGOLA	Afonso Cardoso

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL BRASIL-ANGOLA (US\$ MIL –FOB)

BRASIL → ANGOLA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
COMÉRCIO TOTAL	243.021	360.732	521.447	1.297.279	2.163.026	4.214.839	1.470.768
EXPORTAÇÕES	235.469	357.151	521.327	837.779	1.218.236	1.974.575	1.333.008
IMPORTAÇÕES	7.551	3.581	120.000	549.500	944.790	2.240.263	137.1760
SALDO	+227.917	+353.570	+521.207	+378.279	+273.446	- 265.688	+1.195.248

PERFIS BIOGRÁFICOS

José Eduardo dos Santos
Presidente da República de Angola

Nascido em agosto de 1943, em Luanda. Iniciou a atividade política em grupos clandestinos estabelecidos nos subúrbios da capital, na sequência da criação, em 1956, do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Em 1961, após o início da luta pela independência, deixou o país e passou a coordenar a 'Juventude do MPLA' no exterior. Tornou-se, então, o primeiro representante do MPLA em Brazzaville (República do Congo).

De 1963 a 1969, estudou Engenharia de Petróleo na União Soviética. De volta a Angola, exerceu diversas funções político-militares em Cabinda. Com a independência, tornou-se Ministro das Relações Exteriores (1975-77). Assumiu a Presidência do MPLA e a posição de Comandante-em-Chefe das FAPLA (1979-80), precursoras das Forças Armadas Angolanas. Foi Presidente da Assembléia do Povo (1980-1992). Tornou-se Presidente após vencer em primeiro turno as eleições de 1992, as primeiras eleições multipartidárias de Angola.



Assunção Afonso dos Anjos
Ministro das Relações Exteriores

Nascido em Luanda, o chefe da diplomacia angolana fez os seus estudos universitários nas Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa. Ocupou os cargos de Diretor para África e Oriente Médio da Chancelaria; Diretor de Gabinete do Primeiro Vice-Primeiro-Ministro; Diretor de Gabinete do Ministro do Planeamento; e Diretor de Gabinete do Presidente da República, com a categoria de Ministro de Estado, entre 1979 e 1993. Entre 1993 e 2008, foi sucessivamente Embaixador de Angola na Espanha, na França e em Portugal. É membro do Comitê Central do MPLA.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento é intenso e o grande número de visitas de alto nível demonstra a importância que ambos os países atribuem à relação bilateral. O Presidente Lula esteve em Luanda em 2003 e 2007. O Presidente José Eduardo dos Santos veio ao Brasil pela última vez em 2005. Apenas em 2009, três Ministros brasileiros (Turismo, Defesa e MDIC) foram a Angola e cinco Ministros angolanos (Agricultura, Casa Civil, Ciência e Tecnologia, Telecomunicações e Reinserção Social) vieram ao Brasil.

Na pauta política bilateral, sobressaem as negociações em curso com vistas ao estabelecimento de uma 'Parceria Estratégica', consubstanciada em uma Declaração a ser assinada pelos Presidentes. O documento, ambicioso por natureza, serviria à coordenação da relação bilateral, delimitando áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. Além disso, espera-se seja realizada ainda em 2010 nova visita oficial do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, bem como a VII Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola.

Angola apóia oficialmente a inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas uma atuação mais incisiva do país é limitada pelas dificuldades na definição do(s) candidato(s) africanos para o Conselho. Angola é parte do "Consenso de Ezulwini" da União Africana, que prevê dois assentos permanentes com direito a veto para o continente, em forma ainda a ser decidida pelo Grupo Africano.

Na pauta econômica, Angola foi, em 2008, o segundo maior parceiro comercial do Brasil na África (o primeiro foi a Nigéria). Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes, chegando a US\$ 4,21 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 1,9 bilhão e importações de US\$ 2,2 bilhões. Porém, em 2009, com a crise internacional, as importações brasileiras de petróleo angolano caíram 94%, o que fez com o que o fluxo comercial se reduzisse para US\$ 1,47 bilhão. Angola caiu assim para quinto maior parceiro comercial brasileiro na África (após Nigéria, Argélia, África do Sul e Egito), mantendo, porém, a posição de segundo maior comprador de produtos brasileiros (após o Egito), com importações de US\$ 1,33 bilhão.

O Brasil importa de Angola quase unicamente petróleo. Já as exportações são diversificadas, com grande presença de automóveis, tratores, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos, mobiliário, carnes, açúcares, combustíveis e, crescentemente, serviços. O Brasil disponibilizou linhas de crédito no valor de US\$ 1,75 bilhão a Angola, as quais serão

elevadas a US\$ 2,25 bilhões em 2010. As linhas de crédito são garantidas por compromisso angolano de fornecimento anual de 20 mil barris/dia de petróleo distribuídos preferencialmente em carregamentos a cada 45 dias.

O interesse do empresariado brasileiro por Angola não diminuiu com a crise internacional. Em 2009, o Brasil teve expressiva participação na 26ª Feira Internacional de Luanda, e foram enviadas missões da Apex, da Fiesp e do MDIC ao país. Durante esta última, em novembro, o Ministro Miguel Jorge acordou com seu homólogo angolano a formação de Grupo de Trabalho para definir termos de referência para a integração produtiva entre Brasil e Angola. Note-se que o Ministro Miguel Jorge foi recebido, na ocasião, pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Investimentos

O interesse crescente de empresários brasileiros em Angola se confirmou com a criação, em Luanda, em 2003, da Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN), a qual já conta com mais de trinta membros e constitui um dos principais interlocutores da comunidade brasileira em Angola. Em 2008, foi aberto o Setor de Promoção Comercial da Embaixada em Luanda. O Governo e a sociedade angolanos têm, no geral, visão bastante positiva da participação das empresas, empresários e comunidade brasileiros na grande obra da reconstrução nacional.

As maiores empresas brasileiras em atuação em Angola são dos setores de construção civil (Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, Melo Júnior e Queiroz Galvão), mineração (Vale) e energia (Petrobrás). Entre os projetos em curso, incluem-se a instalação de uma fábrica de cimento pela Camargo Corrêa, no valor de US\$ 200 milhões; e o estudo de viabilidade para o aproveitamento hidrelétrico do rio Cunene (por Angola e Namíbia), do qual participam Eletrobrás, Furnas, Odebrecht e Engevix.

A Petrobrás assumiu em 2008 a operação de três novos poços de petróleo na plataforma continental angolana. Um navio-plataforma da empresa está em Angola há vários meses, dedicado a viabilizar o começo da exploração, que estaria próximo. Entre os executivos da empresa no país, é forte a expectativa de que também exista uma camada de pré-sal na costa angolana. Diante disso, a Petrobras se prepara para aumentar os investimentos no país, que poderiam chegar, até 2012, a US\$ 3 bilhões, apenas nos setores de prospecção e exploração. A empresa avalia, ainda, pedido de consultoria feito pela petroleira estatal angolana Sonangol para a construção da primeira grande refinaria em Angola, projeto orçado em US\$ 7 bilhões (entendimentos sobre essa refinaria com os chineses aparentemente malograram).

A concorrência comercial de outros países é cada vez mais intensa, mas a maioria dos empresários brasileiros com interesses no mercado angolano tem sabido fazer valer suas vantagens comparativas da identidade lingüística e cultural, com maior disposição e atenção para a formação, capacitação e emprego de mão-de-obra local, e com maior atenção a projetos paralelos de interesse social, como o da prevenção da AIDS.

A Odebrecht, talvez como resultado da crescente saturação no campo de construção, vem diversificando seus investimentos no país. A empresa, maior empregador privado de Angola, com cerca de 30 mil funcionários, tem atuado com destaque também na agropecuária e no comércio varejista. Segundo o modelo de parcerias público-privadas, a empresa associou-se a órgãos governamentais para dois grandes projetos de produção de alimentos e bionergia. No primeiro deles, a Odebrecht assumiu a administração da fazenda estatal Pungo Andongo, de 36 mil hectares, na província de Malanje, a 400 quilômetros de Luanda. O objetivo da iniciativa, que conta com apoio da EMBRAPA, é a produção eficiente de alimentos, como milho e mandioca.

Em 2007, no contexto da visita do Presidente Lula, Odebrecht e Sonangol acordaram a construção da usina de açúcar e álcool BIOCOM, projeto de US\$ 200 milhões, que visa à produção anual de 50 milhões de litros de etanol e 150 mil toneladas de açúcar. Também em 2007, a Odebrecht foi convidada pelo governo angolano a implantar a rede de supermercados populares "Nosso Super", parte do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD). A Odebrecht previa inicialmente a construção de 31 lojas Nosso Super espalhadas por todas as províncias. Em Luanda já estão em operação os primeiros supermercados da rede, onde 50% dos produtos oferecidos são de origem brasileira.

Existem ainda outras iniciativas no agronegócio, cabendo citar projeto piloto para aclimação de cultivares de feijão em Angola, que estaria dando excelentes resultados (empreendimento privado, igualmente com apoio da EMBRAPA). Também se encontra em desenvolvimento a ampliação do plantel de gado em Angola, a partir de matrizes importadas do Brasil, de espécies igualmente adaptadas às condições locais, similares às brasileiras. Recorde-se que, após a guerra, a agricultura angolana praticamente desapareceu, o que leva o Governo a realizar maciças importações de alimentos. Trata-se, portanto, de setor estratégico para a cooperação, em vista da necessidade de Angola reorganizar sua base produtiva agrícola e pecuária.

Os investimentos de capitais angolanos no Brasil, ainda incipientes, começam a se multiplicar. Os mais expressivos são os da Sonangol, que adquiriu recentemente o controle de uma pequena companhia petroleira brasileira, a Starfish, que opera na bacia de Campos. Por meio dessa

subsidiária, a Sonangol pretende investir, nos próximos anos, US\$ 200 milhões em prospecção e extração de petróleo na costa brasileira.

Conectividade

Trata-se de tema fundamental, pois a falta de oferta adequada de transporte direto de cargas e pessoas entre Brasil e Angola retarda maior adensamento das relações. Atualmente, a empresa aérea estatal angolana TAAG opera sete vôos para o Brasil (Rio de Janeiro e Guarulhos), mas nenhuma empresa brasileira opera linhas para Luanda, o que resulta em onerosa e limitada oferta de assentos. No que se refere ao transporte marítimo, há seis linhas operando diretamente entre Brasil e Angola, em viagens que duram entre 10 e 12 dias; uma das linhas parte a cada dez dias, três a cada quinze dias e duas a cada mês.

Vistos e autorizações de trabalho

Os brasileiros que vão a Angola a negócios ou para lá trabalharem recebem visto ordinário de 30 dias, renovável por igual período, ao amparo do qual aguardam a tramitação das autorizações de trabalho, que é possível apenas quando já estão no país. A curta duração dos vistos e a demora no processamento das autorizações de trabalho expõem cidadãos e empresas brasileiras a situações constrangedoras (de eventual ilegalidade), e oneram seus custos de operação significativamente em relação a alguns concorrentes, como China e Estados Unidos, que dispõem de tratamento diferenciado, em função de concessões feitas por Pequim e Washington.

A Chancelaria e a própria Presidência angolanas já demonstraram ter ciência do problema e reconhecem que o regime de vistos angolano não está perfeitamente ajustado à densidade do relacionamento com o Brasil. Para avançar, o Brasil estendeu, unilateralmente, em 2009, o prazo de validade dos vistos de curta-duração (turismo e negócios) de 90 para 365 dias, e passou a permitir múltiplas entradas. Incidentes pontuais na imigração brasileira, porém, anularam uma possível repercussão positiva da iniciativa brasileira, de forma que Angola ainda não reciprocou. No mais grave dos incidentes, um grupo de 22 angolanos foi repatriado pela Polícia Federal após desembarcar no aeroporto de Guarulhos, sob suspeita (equivocada) de terem vistos falsos em seus passaportes. O episódio causou comoção em Angola, com ampla cobertura da imprensa local e protestos diante da Embaixada do Brasil, tendo o Embaixador brasileiro se visto obrigado a conceder entrevista coletiva e a responder, por duas vezes, chamados da Chancelaria angolana para prestar esclarecimentos. Em outro episódio, ocorrido poucos dias após o primeiro, um diplomata angolano foi expulso da sala de imigração do aeroporto de Guarulhos. A Polícia Federal, que havia permitido excepcionalmente a presença dele na sala para

demonstrar a inexistência de qualquer prática discriminatória contra seus conterrâneos, retirou-o da sala após interferência indevida no trabalho do agente que entrevistava os angolanos que chegavam. Como resultado, o Governo angolano protestou oficialmente, tendo o Chanceler Assunção dos Anjos telefonado ao Ministro Celso Amorim a respeito. O incidente foi superado mediante carta do Ministro Celso Amorim a seu homólogo, bem como nas conversas havidas quando da visita do Subsecretário-Geral de Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Oto Agripino Maia, a Luanda, em agosto de 2009.

Cooperação Institucional

De forma geral, o Brasil tem dado relevante apoio à reformulação institucional do Estado angolano, em curso desde a obtenção da paz. São freqüentes as trocas de missões entre organismos do Estado brasileiro e suas contrapartes angolanas, com vistas a possibilitar a Angola melhor conhecimento e eventual adoção adaptada de estruturas, programas e políticas governamentais brasileiras.

No caso da **administração pública em geral**, foi inaugurada em abril de 2008 a Escola Nacional de Administração (ENAD) angolana, em cerimônia que contou com a presença do Presidente dos Santos. Voltada para a formação, a capacitação e a atualização de altos funcionários do quadro público e empresarial de Angola, a Escola foi construída pela empresa brasileira Mello Junior e conta com parceria da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Além disso, técnicos da **Casa Civil** angolana visitaram a Casa Civil brasileira por duas vezes (março e maio de 2009) para estudarem a estrutura brasileira de apoio à Presidência da República, seguindo instrução direta do Presidente José Eduardo dos Santos.

Com o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, cujo presidente, Márcio Pochmann, visitou Luanda em outubro de 2009, foi acordada a criação de Grupo de Trabalho conjunto para o planejamento da cooperação a ser prestada pelo IPEA nas áreas de estudos estratégicos de longo prazo e planejamento orçamentário.

As **políticas sociais** brasileiras também despertam grande interesse em Angola. Em maio de 2009, o Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, liderou missão ao Brasil, com o objetivo de estudar formas de adaptar as políticas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social brasileiro no Brasil à realidade angolana.

Finalmente, as Chancelarias angolana e brasileira cooperam na formação e **capacitação de diplomatas**, com o oferecimento de vagas no Instituto Rio Branco para diplomatas angolanos, e avaliam iniciar cooperação na área de organização da documentação e da informação.

Além das áreas mencionadas, ocorreram em 2009 mais de dez outras visitas técnicas de angolanos ao Brasil ou de brasileiros a Angola, nas mais diversas áreas, com destaque para Aduanas e agências regulatórias de Petróleo e Derivados. Estão sendo negociados, ainda, pedidos angolanos de cooperação institucional nas áreas de transportes, urbanização e habitação, e turismo.

Cooperação Técnica e Cultural

Angola é um dos principais recipiendários da cooperação técnica brasileira na África. Realizou-se em Angola o primeiro projeto africano de grande porte da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, inaugurado em 1999 e transferido à administração angolana, conforme previsto, em 2005. As metas ambiciosas do Centro, criado para contribuir para o esforço de reinserção social dos desmobilizados da guerra, contribuíram para dar credibilidade à cooperação técnica brasileira e ajudou a torná-la um referencial para todo o continente africano.

A cooperação técnica entre Brasil e Angola ganhou forte impulso com a primeira visita do Presidente Lula a Luanda, em novembro de 2003. Na ocasião, foram assinados diversos instrumentos relativos à cooperação técnica. Desde então, multiplicaram-se os programas de cooperação técnica que o Brasil oferece, em diversas áreas, como agricultura, esportes, educação ambiental, saúde pública, ciência e tecnologia, combate a incêndios e salvamento.

Avaliação geral desse quadro multifacetado deverá ser realizada durante a VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, a ter lugar em Luanda, em data ainda a ser acordada. (A VI Reunião foi realizada no Brasil, em 2005; a VII Reunião deveria ter ocorrido em 2007, mas desde então não tem sido possível encontrar datas mutuamente aceitáveis). Em preparação à VII Reunião, e para prospectar novas possibilidades de cooperação, foram realizadas missões angolana ao Brasil (novembro de 2008) e brasileira a Angola (janeiro-fevereiro de 2009).

A seguir, uma listagem de algumas das mais relevantes iniciativas de cooperação em curso ou em estágio avançado de negociação.

Cooperação em saúde

Merecem destaque os projetos de *Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola* e de *Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária*. No primeiro, a Fiocruz auxilia o fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola, mediante a reestruturação de escolas técnicas, a estruturação de rede de bibliotecas na área da saúde (para o que foram doados quase cinco toneladas de publicações pelo Brasil), e a criação de Mestrado em Saúde Pública em Angola. No segundo, médicos

angolanos recebem capacitação no Brasil em diagnóstico e tratamento da malária.

Cooperação cultural

Já foram realizadas oito missões de técnicos brasileiros (IPHAN) a Angola no marco do programa de *Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola*, que objetiva reforçar as capacidades angolanas em gestão do patrimônio cultural, conservação e proteção de bens materiais, museologia e identificação e documentação do patrimônio cultural.

Cooperação educacional

Desde 2000, 447 estudantes angolanos foram beneficiados com vagas para graduação ou pós-graduação no Brasil no marco dos Programas de Estudantes de Convênio, em graduação e pós-graduação (*PEC-G e PEC-PG*). Desde 2008, adicionalmente, 180 estudantes universitários angolanos vieram ao Brasil desenvolver pesquisas em laboratórios de Universidades Públicas brasileiras.

Em 2008, teve início o *Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos*, parceria entre CAPES e MRE, por meio do qual estudantes universitários angolanos vêm ao Brasil no período de férias e, sob monitoria de professores brasileiros, desenvolvem atividades de estudo e pesquisa nos laboratórios de algumas das principais Universidades públicas nacionais. Nas três primeiras edições do Programa, foram recebidos cerca 180 estudantes angolanos para cursos de verão.

Está em negociação Acordo de Cooperação na Área de Ensino Superior, o qual facilitará o intercâmbio de docentes e estudantes entre Universidades brasileiras e angolanas, a concessão de bolsas de estudo de parte a parte e a criação de redes de pesquisa que englobem universidades de ambos os países.

Além disso, o Brasil oferece capacitação de técnicos angolanos para a análise e aprofundamento da proposta curricular no programa *Capacitação para Elaboração de Reforma Curricular*, e auxilia a capacitar professores para o atendimento de estudantes com deficiência visual, auditiva ou mental no programa *Escola de Todos*.

Cooperação agrícola

O Governo angolano, plenamente consciente da necessidade de diversificar a economia e alcançar a auto-suficiência em alimentos básicos, confere prioridade à agricultura. Por isso, a cooperação bilateral na área extrapola o modelo convencional utilizado em geral pelo Brasil: o maior projeto em curso é um contrato de consultoria, por meio do qual a Embrapa presta assistência ao Governo angolano, com apoio da FAO, para a estruturação do sistema de pesquisa agropecuária angolano. O contrato

prevê que a Embrapa será remunerada pelas atividades desenvolvidas, a principal das quais é a consultoria com vistas à implantação de 16 centros de investigação especializados. Os quatro primeiros destes centros começaram a funcionar em 2009, a saber: (i) caprinos e ovinos, (ii) mandioca, batata doce e amendoim, (iii) feijão e milho e (iv) gado de leite.

A Embrapa também está envolvida em outra iniciativa, de apoio à Gesterra, estatal angolana de gestão da produção agropecuária. Foi celebrada Carta de Intenções entre as duas empresas públicas prevendo a autorização à Gesterra para a utilização e multiplicação de sementes de cultivares adaptadas ao cerrado desenvolvidas pela Embrapa. De início, devem ser implementadas lavouras com tecnologia genética brasileira na fazenda Pungo Andongo, de propriedade estatal, mas administrada, em regime de parceria, pela Odebrecht.

Por fim, como fruto da missão multissetorial organizada pela ABC no início de 2009, foi elaborado, e está pronto para assinatura, o projeto de *Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola*, que tem o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que visa à capacitação de agricultores e trabalhadores rurais angolanos.

Angola foi, ainda, um dos destinos de equipe brasileira em périplo pela África em outubro de 2009 para realizar seminários sobre zoneamento agroecológico e produção de biocombustíveis.

Cooperação em mineração

O Ministério de Minas e Energia do Brasil, em parceria com a ABC, ofereceu cooperação a Angola no campo de produção e classificação de diamantes. No contexto do Processo de Kimberley, o MME estaria disposto a transferir tecnologia de geoprocessamento, capacitar técnicos angolanos para o estabelecimento de DNA de diamantes, promover oficinas de capacitação para o cooperativismo associado à produção de diamantes, e fornecer cursos de metodologia de certificação da produção diamantífera. A contraparte angolana recebeu positivamente a oferta. Aguarda-se a negociação de projetos que possam instrumentalizar a colaboração. O Governo angolano, ademais, manifestou interesse em desenvolver cooperação com o Brasil na área de geologia, com vistas à implementação de política nacional de exploração mineral.

Cooperação em matéria de defesa

Está em negociação um Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa, cuja assinatura, prevista para maio de 2009, foi adiada pela parte angolana. Apesar das recorrentes gestões da Embaixada do Brasil, os angolanos ainda não propuseram nova data para a celebração do Acordo. A despeito desse atraso, o Brasil já tem oferecido a Angola vagas para formação na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) e no Instituto

Militar de Engenharia (IME), além de vagas para formação de sargentos e sub-oficiais em diversas outras academias militares nacionais.

Centros Culturais e Cessão de Terrenos

Brasil e Angola acordaram a cessão recíproca de instalações de Centros Culturais brasileiro em Luanda e angolano em Salvador (BA). No caso do primeiro, apesar da inauguração provisória pelo Presidente Lula em 2003, ainda não foi possível iniciar as atividades, por estar pendente a reforma das instalações, a cargo da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), passo necessário para a formalização da cessão do espaço ao Governo do Brasil. O Centro Cultural angolano, já instalado em imóvel cedido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), foi restaurado com recursos doados pela Odebrecht. Aguarda-se a assinatura de um Termo de Cessão entre o IPAC e a Embaixada de Angola, em análise pela parte angolana, para a formalização das respectivas cessões.

Além disso, as duas Chancelarias também acordaram, em 2009 a cessão recíproca de terrenos a serem destinados às respectivas Embaixadas e Residências Oficiais. Foi definido um terreno que será cedido a Angola em Brasília e acertada a concessão de lote anexo à atual Embaixada do Brasil em Luanda. Nessa nova área, será construído, até 2011 um anexo com pequenos apartamentos e quartos de passagem, o qual deverá facilitar muito a execução de missões oficiais brasileiras em Luanda, cidade cujos escassos quartos de hotel são reconhecidamente caros.

Cooperação em turismo

Durante sua visita a Angola, em abril de 2009, o Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Barreto assinou Acordo Bilateral de Cooperação no Domínio do Turismo, o qual prevê auxílio mútuo na capacitação de profissionais da área, promoção da progressiva facilitação da entrada de turistas oriundos de cada um dos países na contraparte, e a promoção de investimentos bilaterais no setor de turismo e hotelaria. O Acordo foi encaminhado, em 11 de fevereiro de 2010, à Presidência para que seja transmitido para apreciação do Congresso.

POLÍTICA INTERNA

Angola esteve em guerra por quatro décadas (1961-2002). Primeiro, entre 1961 e 1975, os três movimentos de libertação do país - o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – enfrentaram o colonizador português. Depois, entre 1975 e 2002, os três movimentos lutaram entre si pelo controle do Governo. A Guerra Fria aguçou e armou as facções em luta, com atuação

de soldados cubanos junto ao MPLA e ingerência direta da África do Sul, à época sob o regime do *apartheid*, prestando apoio à UNITA. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência angolana, sob a égide do MPLA, em novembro de 1975.

O fim da Guerra Fria permitiu que se procurasse uma saída negociada para a guerra civil angolana, com o apoio da comunidade internacional. Foram realizadas duas tentativas. A primeira, representada pelos Acordos de Bicesse (1991), incluiu as primeiras eleições livres da história angolana (e até o momento a única eleição presidencial), em setembro de 1992, vencidas pelo MPLA, mas fracassou devido ao rechaço da UNITA ao resultado do pleito. A segunda, consubstanciada no Protocolo de Lusaca (novembro de 1994), chegou a lograr avanços com a criação de governo compartilhado, mas a guerra retornou em 1998. Ao longo desses anos, seguiram-se três missões de paz das Nações Unidas em Angola: a UNAVEM I, que fiscalizou a saída das tropas cubanas no fim da década de 1980; a UNAVEM II, que incumbiu-se da desmobilização e da preparação das eleições de 1992; e a UNAVEM III, que monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca. O Brasil participou da UNAVEM III com um Batalhão de Infantaria, uma Companhia de Engenharia e duas unidades médicas.

A paz só foi efetivamente estabelecida após a morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi, e de seu vice-líder, António Dembo, em fevereiro de 2002. Ato contínuo, o Governo declarou a cessação unilateral das ofensivas militares e apresentou plano de paz, em conformidade com os Acordos de Bicesse e o Protocolo de Lusaca, e proposta de anistia de todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado. Em 4 de abril de 2002 foi assinado o Memorando de Luena, complementar ao Protocolo de Lusaca, passando essa data a ser celebrada como "Dia da Paz e da Reconciliação Nacional".

Desde então, está em curso a normalização da situação política angolana. Foram realizadas eleições legislativas (setembro de 2008) e aprovada nova Constituição (janeiro de 2010), aguardando-se agora a realização de novas eleições presidenciais – as primeiras desde 1992 – previstas originalmente para 2012.

As eleições legislativas de setembro de 2008 foram consideradas justas e transparentes por observadores internacionais. A taxa de comparecimento, próxima a 90% em um país no qual o voto é facultativo, demonstrou a disposição do povo angolano de participar na busca de um novo começo para o país. O MPLA alcançou 82% dos votos e obteve 191 das 220 cadeiras do Parlamento unicameral. O resultado pouco surpreende ao se levar em conta que 4 milhões dos 8,3 milhões de eleitores do país são filiados ao partido. A UNITA recebeu 10% dos votos e elegeu 16 deputados; o resultado reflete o estigma que o partido ainda carrega por ter

recebido o apoio da África do Sul aparteísta, e também a inexistência de líderes que ocupem o vácuo deixado pela morte de Jonas Savimbi.

O processo de reforma da Constituição foi concluído em fevereiro de 2010, com sua aprovação pela Assembleia Legislativa. O texto aprovado foi formulado por comissão especial da Assembleia a partir de anteprojetos apresentados por todos os partidos políticos com representação no Parlamento, mas reflete, como não poderia deixar de ser, o anteprojeto básico elaborado pelo MPLA. Resumidamente, a nova Constituição prevê um regime presidencialista no qual o Presidente é eleito pelo voto direto; ele terá poderes para nomear os Governadores das províncias e, até que avance mais a experiência em curso de descentralização do Governo local, também dos municípios. Foi extinta a figura do Primeiro-Ministro, mas surgiu o cargo de Vice-Presidente, o qual deverá acumular as funções de coordenação administrativa hoje desempenhadas pelo PM. A eleição do Presidente e do Vice será por votação direta e secreta, simultânea à eleição parlamentar. Serão eleitos Presidente e Vice os candidatos de números 1 e 2 da lista partidária elaborada pelo Partido vencedor do pleito parlamentar, respectivamente. O próprio MPLA reconhece ser esse sistema de eleição para o Executivo inspirado no modelo da África do Sul.

A aprovação da Constituição teve implicações diretas sobre o terceiro dos grandes temas da agenda de política interna angolana desde 2002: a eleição presidencial. O pleito presidencial vinha sendo postergado seguidamente ao longo dos últimos três anos. Havia expectativa de que se realizasse em 2009, conforme previsto pelo próprio Governo angolano logo após as eleições legislativas de 2008. A aprovação de novo formato para a seleção de Presidente e Vice-Presidente, no entanto, definiu que o próximo pleito para o Executivo será realizado em 2012, simultaneamente à próxima eleição parlamentar. Como arranjo transitório, tendo em vista o fato de que não havia Vice-Presidente, foi nomeado para o cargo, até que se realize a próxima eleição, Fernando da Piedade Dias dos Santos, que ocupava o cargo de Presidente da Assembleia Nacional.

No contexto da reforma constitucional e após Congresso do MPLA realizado em dezembro de 2009, o Presidente José Eduardo dos Santos, anunciou a reformulação de seu Gabinete Ministerial. Além da substituição de titulares em muitos Ministérios, houve ainda a extinção de algumas Pastas, absorvidas por outros Ministérios, como é o caso dos antigos Ministérios de Turismo e Hotelaria e de Geologia e Minas, incorporados aos Ministérios do Comércio e Indústria. Também houve criação de Ministérios, com destaque para o dos Assuntos Parlamentares. O Ministério das Relações Exteriores sofreu alterações, a mais relevante das quais a redução dos Vice-Ministros de três para dois (Secretário de Estado das Relações Exteriores, George Chicoty e a Secretária de Estado da Cooperação, Exalgina Gamboa).

Cabinda

O enclave de Cabinda, separado do restante do território angolano por faixa de território pertencente à República Democrática do Congo (RDC), tem papel fundamental na Angola atual. Nele é produzido 31% do petróleo do país, o que representa (devido às condições fiscais diferenciadas) 70% da receita petrolífera, e cerca de metade das receitas fiscais totais do Estado angolano.

Desde 1975, atua na região o movimento separatista Forças de Libertação do Enclave de Cabinda-FLEC, as quais, se nunca chegaram a ameaçar o controle efetivo do território por Luanda, mostraram-se capazes de impor custos adicionais importantes ao governo nacional. Em 2006, o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo firmaram Memorando de Entendimento para a Paz e a Reconciliação Nacional da Província de Cabinda, em decorrência do qual foi promulgada anistia na região e cerca de 500 guerrilheiros da FLEC foram incorporados às Forças Armadas Angolanas e à Polícia Nacional.

Nem todas as facções das FLEC, entretanto, aderiram ao Memorando de 2006. Assim, continuaram a ocorrer ações guerrilheiras em baixa intensidade. Em dezembro de 2007, por exemplo, as FLEC assassinaram o brasileiro Helano Silva Araújo, que na época trabalhava para empresa de estudos sísmicos que prestava serviço à Sonangol em Cabinda.

O tema cabindês ganhou presença internacional, porém, com o atentado que vitimou a seleção do Togo que viajava por via terrestre a caminho da Copa Africana de Nações (CAN), em 08 de janeiro de 2010. O atentado provocou a morte de três membros da delegação do Togo e, além de macular a imagem de paz e prosperidade que o Governo de Angola tencionava veicular ao mundo por ocasião da CAN, colocou em xeque a eficácia da estratégia política para pacificação da província.

Desde então, o Governo de Angola parece ter intensificado a repressão na província, o que tem gerado críticas de defensores dos direitos humanos contra alegadas prisões arbitrárias na região. Além disso, o Governo angolano protestou junto à França pela demora daquele país em acionar os mecanismos judiciais cabíveis contra os líderes mais importantes das FLEC que vivem em território francês.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa angolana tem por objetivos a projeção do país como potência regional na África e a busca de maior expressão no cenário mundial. Em relação ao primeiro, Angola busca transformar suas vantagens econômica e militar – é a segunda maior economia da África Austral e possui um dos exércitos mais bem treinados e equipados do continente –

em influência. Quanto ao segundo, Angola se vale de sua posição como importante fornecedor de petróleo à China e aos EUA para credenciar-se como um dos principais interlocutores desses países na África.

A busca angolana por prestígio e influência alcançou bons resultados em 2009. No começo daquele ano, o país ocupou a presidência rotativa da OPEP. Posteriormente, em julho, o Presidente José Eduardo dos Santos foi convidado para participar da Cúpula G8+G5 em L'Áquila, onde defendeu a reforma das instituições financeiras internacionais e procurou garantir apoio internacional para a mitigação dos efeitos da crise internacional na África.

A seguir, uma síntese da relação de Angola com seus principais parceiros.

Portugal

Os laços com o ex-colonizador são de grande importância. Na dimensão humana, vivem hoje cerca de 100 mil portugueses em Angola e 34 mil angolanos em Portugal. Angola é o principal parceiro comercial de Portugal fora da União Européia; em nível mundial, ocupa a quarta posição, depois de Alemanha, França e Espanha. O investimento português, principalmente nos setores bancário, comercial, de telecomunicações e de construção civil, alcançava US\$ 620 milhões antes da crise financeira.

O mercado português também tem se mostrado atrativo para os investimentos angolanos. A Sonangol, por exemplo, possui participações importantes no Banco Millennium BCP e na petrolífera portuguesa Galp.

Nas relações políticas, merece destaque a visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Portugal, em março de 2009, mais de 20 anos após a primeira visita de um mandatário angolano ao país europeu. Na ocasião, foi assinado memorando entre a Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos Portuguesa (CGD) para a criação de um banco de desenvolvimento, conjunto regido pela lei angolana, com capital inicial de US\$ 1 bilhão, a ser aportado pelas duas entidades. Além disso, a linha de crédito concedida por Portugal a Angola foi ampliada para € 1 bilhão, e criada nova linha de € 500 milhões especificamente para funcionar como seguro de crédito para a importação por Angola de bens e serviços portugueses.

Europa

Os investimentos da **França** em Angola são numerosos e significativos, entre eles se destacando os da petroleira Total, que produz 500 mil barris de petróleo diários em Angola. As relações políticas, porém, são mais distantes em função do chamado "Angolagate", causa judicial em tramitação na França que acusa várias lideranças políticas do país de corrupção, a partir da venda de armas francesas a Angola durante a década de 1990. A visita do Presidente Sarkozy a Luanda, em maio de 2008,

contribuiu para desanuviar o clima, sem superar inteiramente as dificuldades, que permanecem.

Vários outros países europeus são importantes parceiros econômicos. A **Espanha** é origem de vultosos investimentos e mantém linha de crédito de € 200 milhões para o país. A **Alemanha** recebeu a visita do Presidente José Eduardo dos Santos em março de 2009, momento em que anunciou-se que seria aprovado financiamento de US\$ 1,7 bilhão para obras de infraestrutura angolanas. A **Holanda** anunciou recentemente significativos investimentos em projeto de gás liquefeito de petróleo em Luanda, tendo a companhia aérea KLM iniciado há pouco suas operações para aquele país. A **Noruega** também possui investimentos na área do petróleo, metalurgia e indústria de fertilizantes angolana, tendo o Chanceler Gahr Store visitado Luanda em novembro de 2009.

Angola e **Rússia** mantém tradicional relação de amizade desde a independência angolana. Em 2009, ocorreram as visitas do Chanceler Assunção dos Anjos a Moscou (maio) e do Presidente Medvedev a Luanda (junho), ocasião em que foram celebrados acordos sobre serviços aéreos e proteção de investimentos, e aprovado programa de cooperação técnica com destaque para a área de minas e geologia. Foram ainda oferecidos financiamentos russos para a construção de hidrelétricas em Angola.

Estados Unidos

As relações angolanas com os Estados Unidos têm sido corretas mas não muito próximas. Até o fim da década de 1980 os EUA intervieram na guerra civil angolana apoiando a UNITA, tendo reconhecido o Governo do MPLA apenas em 1992. Isso não impediu que as petroleiras norte-americanas, instaladas no país desde a década de 1960, fossem e continuassem a ser responsáveis direta ou indiretamente por grande parte do PIB angolano.

Em 2009, ocorreram importantes contatos bilaterais. Em maio, o Chanceler Assunção dos Anjos visitou os Estados Unidos, ocasião em que foi assinado Acordo de Comércio e Investimento. Em agosto foi a vez de Luanda receber a visita da Secretária Hillary Clinton, tendo sido então assinado documento de Parceria Estratégica entre EUA e Angola. A exortação norte-americana para que Angola atue com mais intensidade na manutenção da estabilidade e da segurança do Golfo da Guiné e da África Central vieram ao encontro das aspirações angolanas de maior protagonismo e influência no cenário regional e mundial.

África

No continente africano, Angola se vê como um país com credenciais que lhe permitem uma postura ativa na defesa de seus interesses e da estabilização definitiva da África. O país é, historicamente, um dos maiores

contribuintes para as forças de paz organizadas pela União Africana, sendo também interlocutor ativo no temas de defesa e segurança no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

As relações com a **África do Sul**, desde o fim do *apartheid* naquele país em 1994, foram marcadas por relativa frieza, com o Governo sul-africano sendo visto por Luanda como indevidamente próximo à UNITA. A eleição de Jacob Zuma como Presidente da África do Sul, em abril de 2009, parece ter dado início a um relançamento do relacionamento bilateral, como indicado por três gestos simbólicos significativos: (i) o Presidente José Eduardo dos Santos, que não participara sequer da posse de Nelson Mandela em 1994, esteve na cerimônia de posse de Zuma; (ii) logo após a instalação do novo Governo, em 17 de maio, a Chanceler sul-africana visitou Luanda; e (iii) o Presidente Zuma fez de Angola o destino de sua primeira viagem internacional, em agosto de 2009, acompanhado por 11 Ministros de Estado e mais de 150 empresários. A visita cumpriu as expectativas de evento histórico, com o Presidente Zuma agradecendo o apoio angolano na luta anti-aparteísta e conclamando as duas maiores economias da África Austral a trabalharem em conjunto.

A situação na **República Democrática do Congo** é uma das principais questões de interesse de Angola. A crônica instabilidade congoleza gerou um amplo fluxo de refugiados que se dedicam à extração ilegal de diamantes nas províncias orientais angolanas, alimentando dessa forma as cadeias de contrabando e crimes conexos. Angola tem respondido mediante campanhas de repatriação forçada que atingiram cerca de 170 mil congolese nos últimos três anos, ao que o Governo da RDC respondeu, em outubro de 2009, com a expulsão às pressas de 50 mil angolanos de seu território. Além disso, Angola e RDC mantêm um contencioso sobre os limites marítimos entre a RDC e o enclave angolano de Cabinda; apesar de avanços terem sido logrados, o Governo congolês optou, em fins de 2009, por suspender as tratativas bilaterais e ameaça agora levar o tema aos foros internacionais.

Em relação à situação no **Zimbábue**, Angola tem seguido a postura da maioria dos países da África Austral, críticos em relação à intransigência do Presidente Mugabe, mas sem alinhar-se às posições mais extremas dos países desenvolvidos. Angola saudou a formação do Governo de coalizão zimbabuano, em fevereiro de 2009, e o Presidente José Eduardo dos Santos recebeu o PM Morgan Tsvangirai em Luanda em fins de 2009.

Quanto à **Guiné-Bissau**, Angola tem apoiado a consolidação da estabilidade do país após os assassinatos do Presidente João Bernardo Vieira e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em março de 2009. Assim, por exemplo, ofereceu linha de crédito de US\$ 43 milhões para auxiliar no pagamento dos salários atrasados do funcionalismo civil e

militar. O país possui importantes investimentos na exploração de bauxita na Guiné-Bissau.

As relações com **São Tomé e Príncipe** são estreitas. Grande número de santomenses dirige-se a Angola para beneficiar-se do crescimento econômico do vizinho. Luanda desenvolve uma política agressiva de investimentos angolanos no arquipélago, dirigida principalmente para uma futura exploração de petróleo na plataforma continental.

China

Angola é o principal parceiro comercial da China na África, e beneficiária de linhas de crédito chinesas no valor total de US\$ 5 bilhões. Quase 50 mil chineses possuem hoje visto de trabalho em Angola. Além disso, há contatos relevantes na área militar.

ECONOMIA

A economia angolana é dominada pelos setores petrolífero e diamantífero, os quais respondem por 97% das exportações, 90% da receita governamental e mais de 50% do PIB, estimado em 2009 em US\$ 69,7 bilhões. A sociedade angolana tem consciência da fraqueza de tal base para um projeto de desenvolvimento nacional e o Governo tem envidado esforços no sentido da diversificação da economia, inclusive mediante a criação de um fundo de US\$ 600 milhões para esse fim.

Os resultados econômicos entre o fim da guerra civil e a recente crise financeira internacional foram notáveis. No período 2004-2008, a economia angolana cresceu 92,4% no acumulado, o que representa taxa anual de crescimento da ordem de 17,8%. O saldo da conta corrente passou de -5,1% do PIB para +9,2%, enquanto a dívida externa caiu de 73,1% do PIB para 15,6% na comparação 2002/2008.

Com reservas da ordem de 12 bilhões de barris, Angola é tradicionalmente o segundo maior produtor de petróleo da África, mas tem ocasionalmente ocupado a primeira posição devido à queda da produção nigeriana. Em 2009, o país ocupou a presidência de turno da OPEP, fato altamente simbólico e fonte de prestígio para o Presidente José Eduardo dos Santos. Empurradas pelos altos preços do petróleo, as exportações angolanas ultrapassaram US\$ 39 bilhões em 2008, gerando um superávit comercial de US\$ 15 bilhões e um superávit da balança de pagamentos de 9,2% do PIB. As reservas internacionais atingiram US\$ 19 bilhões.

Números tão positivos até 2008 permitiam ao governo angolano alimentar a ambição de atingir um PIB de US\$ 100 bilhões – medido por PPP - no ano de 2010. Com a crise financeira internacional, no entanto, os planos para o crescimento, para o orçamento e para o gasto público tiveram que ser revistos, à medida que o petróleo perdia valor. As contas iniciais

para o ano de 2009 previam um barril a 65 dólares; posteriormente, nova projeção foi feita com o barril a 55 dólares.

A estratégia anti-crise montada no fim de 2008 pelo Governo passava pelo corte de gastos e aumento da eficiência do setor público, juntamente com um aumento dos gastos e investimentos estatais. O plano baseava-se na avaliação de que era fundamental preservar a incipiente diversificação econômica, uma vez que boa parte do crescimento dos setores não-petrolíferos e não-diamantíferos é motivado pela demanda ou indução do Estado, em particular na área da construção civil.

Os efeitos da crise se fizeram sentir em Angola mais fortemente a partir do início de 2009, e as autoridades angolanas passaram a reconhecer que a redução no ritmo de execução do projeto de reconstrução nacional era forçosamente maior do que o que se projetava quando da assunção da nova equipe econômica, após as eleições de 2008. O Governo também foi forçado a rever seu Orçamento novamente, baixando pela segunda vez a receita projetada com a renda do petróleo.

A crise trouxe de volta ao horizonte das autoridades angolanas e de parte da opinião pública local as deficiências econômicas que o crescimento acelerado dos últimos anos havia deixado em segundo plano, quais sejam: forte dependência externa ditada pela concentração das exportações em dois produtos e pela importação de quase todos os insumos e alimentos; deficiência e insuficiência importantes de capital humano; inexperiência e baixa qualificação do empresariado nacional; empresas estatais falidas ou a caminho da falência; forte concentração de renda e elevados déficits sociais.

Tentando conter a evasão de divisas, cujo resultado foi a redução de 35% (US\$ 7 bilhões) nas reservas internacionais nos primeiros cinco meses de 2009, o Governo podou o Orçamento Geral do Estado (OGE), com o sacrifício de novos projetos em áreas consideradas de menor prioridade, e passou a liberar a conta-gotas recursos para a manutenção do que já estava contratado. Dessa política resultaram meses de atraso nos pagamentos de projetos financiados, no todo ou na maior parte, com recursos do OGE, o que afetou as empresas estrangeiras, inclusive brasileiras.

Como efeito colateral das políticas restritivas do Governo, ressurgiu o câmbio paralelo em Angola. O Governo desvalorizou o Kwanza de Kz 75 por US\$ 1 para Kz 78 por US\$ 1. Ainda assim, a escassez de dólares na rede bancária angolana levou muitos comerciantes a pagar até mais de 85 Kwanzas por dólar recebido. Note-se que a desvalorização cambial em um país que importa praticamente tudo o que consome, inevitavelmente reacendeu o temor de alta da inflação.

Em julho de 2009, durante a Cúpula de L'Áquila, na Itália, o Governo angolano solicitou à Direção do FMI a realização de missão do Fundo a Angola. Técnicos da instituição estiveram em Angola em agosto,

e, em novembro, concluiu-se a negociação de linha de crédito de US\$ 1,8 bilhão, dos quais 1,4 bilhão em créditos *stand-by*. A garantia de recursos propiciada pelo acordo com o Fundo, associada à recuperação nos preços do petróleo ao longo do segundo semestre de 2009 trouxeram alívio às contas públicas angolanas. Segundo os termos negociados com o FMI, o Governo angolano comprometeu-se a quitar os débitos com fornecedores e a limitar a contratação de novos empréstimos concessionais a um total de US\$ 2 bilhões durante o período de vigência do acordo (fevereiro de 2012).

Os primeiros números sobre a economia angolana divulgados pelo Banco Mundial em 2010 confirmam a reversão da trajetória de recessão do primeiro semestre de 2009. Segundo o Banco, o desempenho PIB angolano no ano passado terá oscilado entre -0,5% e 0,5%. O crescimento do setor não-petroleiro, estimado em 7,8%, teria compensado em parte a queda de 5% do principal setor da economia. Ainda de acordo com o Banco Mundial, a economia angolana voltará a crescer em 2010, mas não às taxas de dois dígitos que foram comuns entre o fim da guerra civil e 2008. O FMI coincide neste ponto e projetou, no acordo celebrado com Angola, um crescimento máximo de 8% para 2010.

A inflação não disparou como previam os mais pessimistas. Fechou em 14% em 2009, e o Banco Mundial prevê a repetição da taxa em 2010. Já as reservas cambiais, que caíram quase 50% no início de 2009 para US\$ 10 bilhões, começaram a ser recompostas e encerraram o ano em US\$ 12,3 bilhões, num indício de que se deve levar a sério a declaração do Presidente José Eduardo dos Santos segundo a qual seu Governo estaria comprometido com a recomposição dos US\$ 20 bilhões do pré-crise.

O Orçamento para 2010 reflete visão otimista, segundo a qual o pior da crise já teria passado. Comparada com 2009, a previsão de gastos do Governo para 2010 projeta incremento da ordem de US\$ 15 bilhões, alta de cerca de 50%. O Governo estaria, portanto, disposto a retomar seu ambicioso programa de reconstrução nacional. A maior parte do incremento do Orçamento resulta da ampliação da projeção do preço médio do barril de petróleo, que para 2010 foi estimado em US\$ 58, contra US\$ 37 no ano que se encerrou.

O otimismo das autoridades angolanas poderia, segundo especula-se, ser coroado com uma graduação do país pelo Banco Mundial, o que facilitaria a Angola o acesso a recursos da instituição financeira internacional para projetos de infra-estrutura. Além de facultar acesso a créditos do Banco, a graduação seria útil ao projeto angolano de lançar títulos públicos no mercado internacional. O Banco Nacional de Angola tentou vender seus papéis por meio do JP Morgam e do Crédit Suisse, mas a iniciativa coincidiu com o início da crise internacional e não obteve o êxito que se esperava.

Embora já se desenhe uma trajetória de recuperação para a economia angolana, a degradação dos indicadores macroeconômicos ao longo de 2009 recolocou no horizonte a preocupação com os resultados sociais do desenvolvimento do país, tema corriqueiramente ofuscado pelos números impressionantes de uma economia que crescia a quase 20% ao ano. Hoje, está evidente que nem mesmo nos períodos de bonança Angola conseguiu traduzir saúde financeira em melhoria significativa dos indicadores sociais. A população tem uma expectativa de vida inferior a 42 anos. As taxas de alfabetização dos maiores de 15 anos e de escolarização primária situam-se ainda em torno de 60%. São também cerca de 60% os que têm acesso a água potável e a saneamento básico. Mais de 63% dos angolanos vive abaixo da linha de pobreza e quase 25% aquém da linha da miséria. A taxa de mortalidade infantil ainda é de 150 por cada mil crianças nascidas vivas, e quase um terço das crianças angolanas morre antes de alcançar cinco anos de vida.

O legado de mais de 40 anos de guerra, o inchaço de Luanda e seus musseques (favelas), a marginalidade econômica como regra, e as pressões geradas em algumas províncias pelas migrações ilegais inspiram preocupação quanto à segurança no país. O alto custo de vida, a forte presença de estrangeiros competindo com a mão-de-obra nacional pouco qualificada e a elevada desigualdade socioeconômica também devem ser encarados como fatores de instabilidade.

ANEXO I - CRONOLOGIA**CRONOLOGIA HISTÓRICA DE ANGOLA**

1483 – Chegada dos portugueses ao atual território angolano.

1575 – Fundação de São Paulo de Luanda.

Séculos XVII e XVIII – Angola torna-se o principal centro de tráfico de escravos. Entre 1580 e 1680, mais de um milhão de escravos são embarcados para o Brasil.

1836 – O tráfico de escravos é oficialmente abolido pelo governo português. O tráfico ilegal para o Brasil perdura até 1850.

1885-1930 – Portugal consolida seu domínio sobre Angola.

1951 – Angola passa de colônia a província ultramarina.

1956 – Formação da guerrilha nacionalista Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), de orientação marxista-leninista.

1961 – Início da guerra de guerrilha; abolição do trabalho forçado.

1974 – Revolução dos Cravos em Portugal.

1975 – Independência de Angola e início da guerra civil. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer Angola independente, sob o Governo do MPLA.

1976 – O MPLA derrota a FNLA e se torna a força dominante, tendo como opositor a UNITA.

1979 – Agostinho Neto, líder do MPLA, morre. José Eduardo dos Santos torna-se Presidente.

1987 – A África do Sul invade Angola para apoiar a UNITA.

1988 – África do Sul, Angola e Cuba assinam acordo para a retirada das tropas cubanas. A África do Sul retira-se do País.

1989 – MPLA e UNITA acordam cessar-fogo, que não é respeitado. A guerra civil é retomada.

Abril de 1991 – MPLA abandona o marxismo-leninismo em nome da social-democracia.

Mai de 1991 – Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinam acordo de paz em Lisboa, que resulta em uma constituição multipartidária.

Setembro de 1992 – Eleições parlamentares e presidenciais, consideradas por monitores da ONU como livres e justas. Eduardo dos Santos ganha o primeiro turno. Savimbi contesta o resultado e retoma os combates. Não há segundo turno.

1993 – Sanções da ONU contra a UNITA. Os EUA reconhecem o governo do MPLA.

1994 – O Governo e a UNITA assinam o Protocolo de Lusaca.

1996 – Santos e Savimbi concordam em formar governo de união e em formar um só exército.

1997 – Início do governo de união. Savimbi recusa-se em participar.

1998 – Reinício da guerra civil. Avião da ONU é derrubado. Angola intervém na guerra civil da República Popular do Congo, em apoio a Laurent-Desiré Kabila.

1999 – Fim da missão de paz da ONU.

Fevereiro de 2002 – Savimbi é morto por tropas do governo.

Abril de 2002 – Governo e UNITA assinam cessar-fogo.

Agosto de 2002 – UNITA abandona seu braço-armado, tornando-se um partido político. Ministro de Defesa angolano afirma que “a guerra acabou”.

Fevereiro de 2003 – Fim da missão da ONU que supervisionava o processo de paz.

Junho de 2003 – Isaías Samakuva é eleito presidente da UNITA.

Setembro de 2004 – A produção de petróleo atinge um milhão de barris ao dia.

Junho de 2005 – O Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao visita Angola e promete um crédito de mais de US\$ 2 bilhões, além de uma linha de US\$ 3 bilhões já disponibilizada por Beijing.

Agosto de 2006 – O Governo assina acordo de paz com as Forças de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

Outubro de 2006 – A agência da ONU para refugiados inicia a “repatriação final” dos angolanos que fugiram para a República Democrática do Congo durante a guerra civil.

Setembro de 2008 – Eleições parlamentares dão maioria superior a 80% ao MPLA na Assembléia Nacional angolana.

Março de 2009 – Papa Bento XVI visita Luanda e centenas de milhares de fiéis angolanos têm a oportunidade de assistir a missa celebrada pelo líder máximo da Igreja Católica.

Janeiro de 2010 – Aprovação da Nova Constituição angolana, que reforma o sistema político.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL

Novembro de 1975 – O Brasil é o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

1977 – A Televisão Pública de Angola exhibe a primeira telenovela brasileira, "Gabriela", fenômeno de popularidade. As novelas brasileiras ainda mantêm enorme apelo popular.

1979 – Petrobras inicia sua atuação em Angola, participa de exploração de petróleo no bloco 2 e presta serviços a outras empresas.

Julho de 1982 – Realiza-se, em Brasília, a I Sessão da Comissão Mista Bilateral.

Abril de 1983 – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica permite o financiamento de exportação de produtos e serviços brasileiros

1984 – Contrato entre FURNAS e GAMEK (Gabinete para o Aproveitamento do Médio Kwanza) para assessoria na administração da construção da Hidrelétrica de Capanda.

1985 – Consórcio entre Technopromexport (da então URSS) e a Odebrecht inicia a construção da Hidrelétrica de Capanda.

Janeiro de 1989 a julho de 1997 – Militares brasileiros participam da UNAVEM I, II e III. Na primeira, coube o comando a General brasileiro, e, na terceira, o Brasil chega a ser o maior contribuinte de tropas.

Setembro de 1992 – Quatro funcionários do Tribunal Superior Eleitoral participam como observadores das únicas eleições realizadas em Angola.

Biênio 1993-1994 – Após o fracasso das eleições de 1992, o Brasil procura sensibilizar, no CSNU, a comunidade internacional para o reconhecimento do Governo angolano.

Fevereiro de 1995 – A Embaixada do Brasil em Luanda passa a contar com um Adido Militar.

Agosto de 1995 – Renovação do financiamento pelo PROEX contra pagamento gradual por meio de embarques de petróleo angolano.

1998 – Instalação, com o apoio do SENAI, do Centro de Formação Profissional do Cazenga.

2000 – O canal de televisão Globo Internacional torna-se disponível em Angola.

Setembro de 2001 – A PETROBRÁS inicia participação na exploração de petróleo do bloco 34.

2002 – Inicia-se a concessão de vagas em Universidades brasileiras para angolanos em cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG).

Janeiro de 2003 – Entra em funcionamento a primeira turbina da Hidrelétrica de Capanda.

2003-2004 – Com assentos no CSNU, Brasil e Angola mantêm consultas, destacando o papel da CPLP na manutenção da paz e da segurança (Guiné-Bissau, STP, Timor Leste).

Mai de 2003 – Em visita a Luanda, o Ministro Celso Amorim preside a criação da AEBRAN - Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola.

Novembro de 2003 – O Presidente Lula inaugura o CEB Luanda, em instalações provisórias.

2004 – Instalação em Angola da Companhia Vale do Rio Doce.

Abril de 2004 – Concessão de US\$ 150 milhões de crédito em novas condições (pagamento de créditos adicionais gera 20 % de novos créditos e operações de SWAP, 45 %).

Abril de 2004 – O Banco do Brasil abre Escritório de Representação em Luanda.

Abril de 2005 – Realiza-se, em Brasília, a VI Sessão da Comissão Mista Bilateral.

Mai 2005 – Concessão de linha de crédito de US\$ 580 milhões, de 2005 a 2007, do PROEX, eliminando cláusulas que tratam do percentual de geração de compromissos de crédito.

Julho de 2005 – Instala-se, com apoio do SERPRO, o Telecentro no Centro de Formação Profissional do Cazenga e passa-se a direção deste para o Governo angolano.

Mai 2006 – A PETROBRÁS aumenta substancialmente as operações em Angola, passando de dois blocos, com produção decrescente, para seis blocos, dos quais em três será operadora.

Agosto 2006 – Aditivo ao Acordo de 2005 concede crédito adicional de US\$ 750 milhões, no período 2006 a 2008, com recursos do BNDES e sistema aperfeiçoado de garantias.

Outubro de 2007 – Concessão de novos créditos concessionais a Angola, no valor de US\$ 1 bilhão, com desembolso previsto de 500 milhões em 2008 e outros 500 milhões em 2009.

Novembro de 2007 – Segunda visita do Presidente Lula a Angola.

Julho de 2008 – Visita do Chanceler João Bernardo Miranda ao Brasil.

Abril de 2009 – Visita do Ministro do Turismo Luiz Eduardo Barretto a Luanda a Assinatura de Acordo Bilateral.

Maio de 2009 – Extensão, em US\$ 500 milhões, da linha de crédito concessional oferecida pelo Brasil a Angola.

Agosto de 2009 – Assinatura, em Luanda, dos Acordos de Cessão Recíproca de terrenos para as embaixadas e imóveis para os centros culturais.

Outubro de 2009 – Missão empresarial brasileira, chefiada pelo Ministro Miguel Jorge, visita Luanda.

INDICADORES COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-COMERCIAIS ANGOLA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República de Angola
Superfície	1.246.700 Km ²
Localização	Sudoeste da África
Capital	Luanda
Principais cidades	Luanda, Huambo
Idioma oficial	Português
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US\$ 83,4 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 4.509
Moeda	Kuanza

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2010.

INDICADORES SOCIOECONÓMICOS	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽²⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽⁴⁾	16,6	17,1	17,6	18,0	18,5
Densidade demográfica (hab/Km ²)	13,3	13,7	14,1	14,4	14,8
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	30,6	45,2	61,4	80,0	83,4
Crescimento real do PIB (%)	20,6	18,6	21,1	13,2	-0,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽²⁾	16,5	12,2	11,8	13,2	13,4
Reservas internacionais (US\$ bilhões) ⁽²⁾	3,2	8,6	11,2	17,9	13,5
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	12,6	10,4	12,7	13,1	14,2
Câmbio (Kz / US\$) ⁽²⁾	80,78	80,26	75,02	75,17	86,60

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2010.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2008: dados reais

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-COMERCIAIS ANGOLA

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	23.084	30.734	42.932
Exportações	31.862	44.396	63.914
Importações	8.778	13.662	20.982
B. Serviços (líquido)	-6.027	-12.719	-21.810
Receita	11.484	13.311	13.329
Despesa	7.511	13.030	22.139
C. Renda (líquido)	6.178	7.599	14.504
Receita	145	623	422
Despesa	6.323	8.222	14.926
D. Transferências unilaterais (líquido)	-190	-222	-211
E. Transações correntes (A+B+C+D)	10.689	10.194	6.407
F. Conta de capitais (líquido)	0	109	7
G. Conta financeira (líquido)	-5.601	-11.830	-439
Investimentos diretos (líquido)	-229	-1.805	-891
Portfólio (líquido)	-1.439	-2.015	-1.758
Outros	-3.933	-8.110	-2.210
H. Erros e Omissões	-290	-1.254	-365
I. Saldo (E+F+G+H)	5.378	-2.990	5.603

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, CD December 2009.

(1) Última posição disponível em 05/03/2010.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
Exportações (fob)	11.526	20.208	29.302	37.456	61.805	16.352
Importações (cif)	7.032	8.252	11.331	13.107	21.207	9.060
Saldo comercial	4.494	11.956	17.971	24.349	40.598	7.292
Intercâmbio comercial	18.558	28.460	40.633	50.563	83.012	25.412

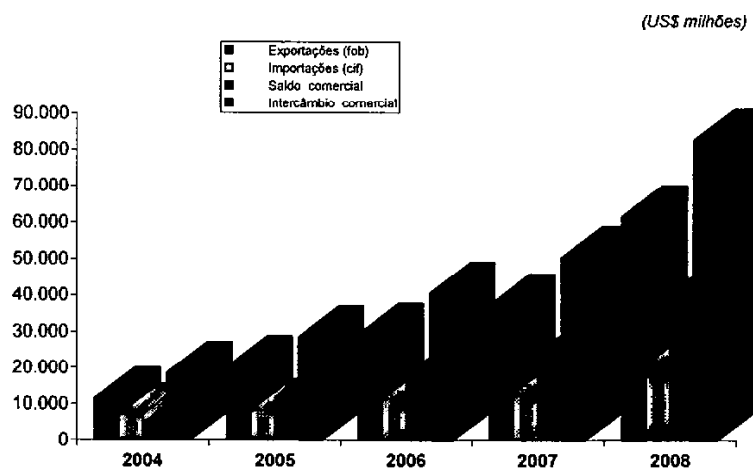
Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD December 2009.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) Janeiro-junho

(3) Última posição disponível em 05/03/2010

COMÉRCIO EXTERIOR DA ANGOLA 2004 - 2008



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD December 2009.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÓMICO-COMERCIAIS
ANGOLA**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
China	9.937	33,9%	11.713	31,3%	20.336	32,9%	3.994	24,4%
Estados Unidos	11.068	37,8%	11.751	31,4%	17.725	28,7%	4.409	27,0%
França	1.412	4,8%	2.159	5,8%	3.681	6,0%	1.285	7,9%
África do Sul	366	1,2%	1.660	4,4%	2.809	4,5%	1.291	7,9%
Canadá	529	1,8%	1.159	3,1%	2.545	4,1%	427	2,6%
Brasil	464	1,6%	945	2,5%	2.432	3,9%	1.238	7,6%
Países Baixos	84	0,3%	1.102	2,9%	2.220	3,6%	534	3,3%
Espanha	426	1,5%	600	1,6%	1.642	2,7%	372	2,3%
Chile	1.197	4,1%	875	2,3%	1.493	2,4%	613	3,7%
Índia	168	0,6%	749	2,0%	1.201	1,9%	504	3,1%
Reino Unido	27	0,1%	287	0,8%	982	1,6%	157	1,0%
Alemanha	69	0,2%	178	0,5%	637	1,0%	211	1,3%
SUBTOTAL	25.748	87,8%	33.177	88,6%	57.704	93,4%	15.034	91,9%
DEMAIS PAÍSES	3.554	12,1%	4.279	11,4%	4.101	6,6%	1.318	8,1%
TOTAL GERAL	29.302	100,0%	37.456	100,0%	61.805	100,0%	16.352	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, 02 December 2009.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) Janeiro-Junho.

(2) Última posição disponível em 05/02/2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES								
Portugal	1.678	14,8%	2.549	19,4%	3.628	17,1%	1.624	17,9%
China	984	8,7%	1.365	10,4%	3.224	15,2%	1.504	16,6%
Estados Unidos	1.705	15,1%	1.408	10,7%	2.328	11,0%	712	7,9%
Brasil	920	8,1%	1.340	10,2%	2.172	10,2%	910	10,0%
República da Coreia	1.141	10,1%	1.191	9,1%	1.393	6,6%	670	7,4%
África do Sul	747	6,6%	850	6,5%	984	4,6%	398	4,4%
França	1.695	16,1%	820	6,3%	814	3,8%	402	4,4%
Espanha	272	2,4%	297	2,3%	754	3,6%	268	3,0%
Alemanha	276	2,4%	560	4,3%	1.616	7,9%	213	2,3%
Países Baixos	271	2,4%	392	3,0%	602	2,8%	226	2,5%
Bélgica	266	2,3%	368	3,0%	599	2,8%	272	3,0%
Reino Unido	418	3,7%	602	4,6%	591	2,8%	297	3,3%
Índia	207	1,8%	272	2,1%	378	1,8%	165	1,8%
Itália	207	1,8%	297	2,3%	369	1,7%	342	3,8%
Japão	206	1,8%	205	1,6%	354	1,7%	165	1,8%
SUBTOTAL	9.991	88,2%	11.536	88,0%	18.807	88,7%	8.168	90,2%
DEMAIS PAÍSES	1.340	11,8%	1.571	12,0%	2.400	11,3%	892	9,8%
TOTAL GERAL	11.331	100,0%	13.107	100,0%	21.207	100,0%	9.060	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, 02 December 2009.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) Janeiro-Junho.

(2) Última posição disponível em 05/02/2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	62.022	98,2%
Pérolas, pedras preciosas e moedas	894	1,4%
Subtotal	62.916	99,6%
Demais Produtos	239	0,4%
Total Geral	63.155	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.616	19,9%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	2.747	15,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.617	8,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	1.382	7,6%
Aeronaves e aparelhos espaciais	692	3,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	600	3,3%
Ferro fundido, ferro e aço	553	3,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	546	3,0%
Carnes e miudezas comestíveis	505	2,8%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	463	2,5%
Plásticos e suas obras	358	2,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	311	1,7%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	280	1,5%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	258	1,4%
Preparações à base de cereais, malte, amidos	203	1,1%
Sal, terras e pedras, gesso, cal e cimento	196	1,1%
Subtotal	14.327	78,7%
Demais Produtos	3.874	21,3%
Total Geral	18.201	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Angola não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 05/02/2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

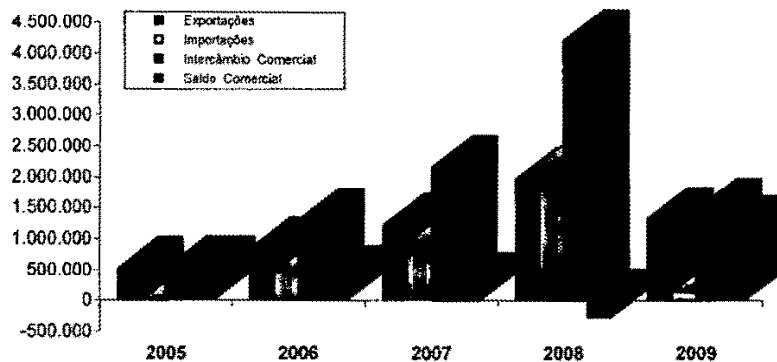
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ANGOLA ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	521.327	837.779	1.218.236	1.974.576	1.333.009
Variação em relação ao ano anterior	46,0%	60,7%	45,4%	62,1%	-32,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	8,7%	11,2%	14,2%	19,4%	15,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,4%	0,6%	0,8%	1,0%	0,9%
Importações	3.120	459.500	946.332	2.236.427	137.780
Variação em relação ao ano anterior	-96,6%	382816,7%	105,9%	136,3%	-93,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	5,7%	8,3%	14,2%	1,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,5%	0,8%	1,3%	0,1%
Intercâmbio Comercial	521.447	1.297.279	2.164.568	4.211.003	1.470.769
Variação em relação ao ano anterior	44,6%	148,8%	66,9%	94,5%	-65,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	4,1%	8,3%	10,9%	16,2%	8,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,3%	0,6%	0,8%	1,1%	0,5%
Saldo Comercial	521.207	378.279	271.904	-261.851	-1.195.249

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleware.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país a vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ANGOLA 2005 - 2009

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Angolaweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ANGOLA	2007	%	2008	%	2009	%
(US\$ mil - FOB)	no total		no total		no total	
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Veículos automotivos, tratores e ciclos	231.009	19,0%	402.505	20,4%	204.192	15,3%
Chassis c/motor diesel e cabina, carga > 20T	67.039	6,5%	92.075	4,7%	74.747	3,4%
Carrocerias para automóvel de transporte >= 10 pessoas ou carga	4.685	0,4%	28.359	1,4%	30.296	2,3%
Chassis c/motor para automóvel de transporte >= 10 pessoas ou carga	13.160	0,3%	25.569	1,3%	25.146	1,9%
Carnes e miudezas, comestíveis	101.834	8,4%	176.062	8,9%	189.178	14,2%
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	17.637	1,4%	29.165	1,5%	47.881	3,6%
Outras carnes de suíno, congeladas	17.130	1,4%	26.747	1,4%	40.615	3,0%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	29.992	2,5%	35.581	1,8%	38.408	2,9%
Carnes desossadas de bovino, congeladas	15.718	1,3%	41.589	2,1%	22.431	1,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	137.025	11,2%	300.568	15,2%	184.061	12,3%
Máquinas e aparelhos para ind. de açúcar	1	0,0%	0	0,0%	18.197	1,2%
Máquinas para aglomerar/moldar combustíveis minerais sólidos, etc.	18.006	1,5%	14.650	0,7%	16.327	0,6%
Máquinas para misturar matérias minerais com betume	6.739	0,6%	13.219	0,7%	7.440	0,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	12.432	1,0%	126.122	6,4%	198.458	17,2%
Outras construções pré-fabricadas, de ferro ou aço	57.180	4,7%	26.094	1,3%	28.213	2,1%
Outros móveis de madeira	21.345	1,8%	38.704	2,0%	28.482	2,2%
Açúcares e produtos da cana-de-açúcar	78.372	6,4%	99.414	5,0%	81.958	6,2%
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose	62.403	5,6%	299.107	15,5%	169.789	12,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	60.268	4,9%	164.430	8,3%	72.772	5,5%
Aparelhos pr. cozinhar/aquecer, de ferro, etc.	15.427	1,3%	18.317	0,9%	10.909	0,8%
Torres e pórticos	1.097	0,1%	13.290	0,7%	10.625	0,8%
Chapas/baixas para construções	5.297	0,4%	35.219	1,8%	6.205	0,5%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	59.892	4,9%	108.945	5,5%	72.634	5,4%
Ferro fundido, ferro e aço	29.432	2,4%	41.121	2,1%	56.044	4,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	18.729	1,5%	83.876	4,2%	49.353	3,0%
Produtos da indústria de moagem, leite, amidos	26.378	2,2%	36.700	1,9%	32.963	2,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	78.785	6,3%	74.104	3,8%	32.163	2,4%
Plásticos e suas obras	28.185	2,3%	38.152	1,9%	28.063	2,1%
Leite e lactíneos, ovos de aves, mel natural	13.684	1,1%	30.410	1,5%	26.570	2,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amido	18.623	1,5%	34.462	1,7%	23.385	1,8%
Calçados, peles e artefatos semelhantes	8.298	0,7%	11.165	0,6%	14.871	1,1%
Subtotal	1.010.944	83,0%	1.698.336	86,0%	1.135.397	85,2%
Demais Produtos	207.292	17,0%	276.240	14,0%	197.612	14,8%
TOTAL GERAL	1.218.236	100,0%	1.974.576	100,0%	1.333.009	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Angolaweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2009.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ANGOLA	2007	%	2008	%	2009	%
(US\$ mil - FOB)	no total		no total		no total	
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	946.322	100,0%	2.236.352	100,0%	137.727	100,0%
Óleos brutos de petróleo	841.402	88,9%	2.170.835	97,1%	76.380	55,4%
Outros propanos liquefeitos	50.824	5,4%	54.757	2,4%	44.463	32,3%
Butanos liquefeitos	32.029	3,4%	10.761	0,5%	16.883	12,3%
Naftas para petroquímica	13.527	1,4%	0	0,0%	0	0,0%
Propano em bruto, liquefeito	8.540	0,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	946.322	100,0%	2.236.352	100,0%	137.727	100,0%
Demais Produtos	10	0,0%	75	0,0%	33	0,0%
TOTAL GERAL	946.332	100,0%	2.236.427	100,0%	137.760	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Angolaweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2009.

Aviso nº 131 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

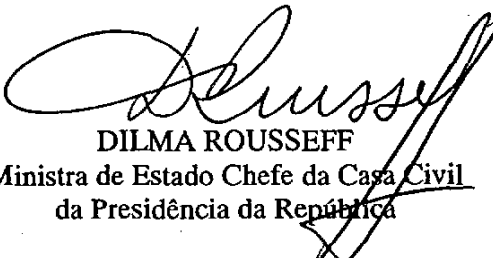
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 319, de 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

. Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)